

Políticas públicas, Meio Ambiente e Desenvolvimento no século XXI

Valéria Pereira Bastos¹

Fábio Fonseca Figueiredo²

Hemerson Luiz Pase³

Temos a honra de apresentar o dossiê “Políticas públicas, Meio Ambiente e Desenvolvimento no século XXI” que integra o Número 3 do Volume 6 da Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais. O dossiê é fruto das comunicações orais ocorridas através do Grupo de Trabalho 19 denominado: Políticas Públicas, Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu no 47º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, realizado em outubro de 2023, no formato virtual.

Este evento permitiu o compartilhamento de saberes produzidos a partir de resultados de pesquisas, estudos, análises e experiências públicas e privadas, contribuindo para a construção de conhecimento, assim como para a ampliação de debates referentes às temáticas articuladas ao tema central do GT, onde pesquisadores, docentes, discentes a partir de uma perspectiva crítica, apresentaram reflexões plurais e contribuições a respeito de inúmeros aspectos que versam sobre políticas públicas, meio ambiente e desenvolvimento no século XXI.

Evidencia-se que a ampla transversalidade da temática que envolve políticas públicas, questão ambiental e desenvolvimento tem uma incidência particular no Brasil e na América Latina, considerando que tem relação direta com problemas socioambientais, bem como de saúde pública. Isto porque há uma procrastinação pública nas soluções para

¹ Dra. em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC / RJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio). E-mail: vbastos@puc-rio.br

² Dr. em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, Espanha. Professor do Instituto de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: ffabiof@yahoo.com

³ Dr. em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: Hemerson.pase@gmail.com

problemas fundamentais, como o saneamento básico e o acesso a serviços públicos, o que provoca um aprofundamento nas relevantes desigualdades sociais, agravando de forma efetiva a condição ambiental das comunidades mais vulneráveis.

Essa situação se mostra particularmente grave face ao eclodir de novos problemas, sobretudo no que diz respeito a mudanças climáticas e crise hídrica em diferentes territórios. Fator que faz com que o planeta se veja confrontado no sentido de dar respostas aos antigos problemas e a uma ampla gama de novos problemas socioambientais, que ganham maior centralidade com o atraso de soluções ambientais. Concomitantemente aos acontecimentos, o país possui uma enorme riqueza em recursos naturais com potencial para alavancar o seu desenvolvimento desde que não desrespeite a natureza, balizando o nível de uso de todos os recursos existentes.

Assim, consideramos relevante elucidar que independente da temática abordada nos artigos, desta edição, encontram-se no centro das análises, a realidade brasileira e algumas referências de como diferentes temas vêm sendo trabalhados. Contudo, tem-se como elemento comum, os impactos produzidos pela acelerada agressão ao clima e a biodiversidade, assim como os danos irreversíveis causados pelo consumo excessivo de recursos naturais, em nome de um famigerado desenvolvimento que centraliza e concentra riqueza além de incluir a maior parcela da população de excludente.

Neste sentido, os conteúdos aqui abordados visam contribuir com o debate e análises das políticas públicas, em relação aos impactos no meio ambiente e na sociedade, causados pelo processo de desenvolvimento no século XXI, na perspectiva de lançar um olhar multidisciplinar sobre os problemas e conflitos nos diversos territórios analisados. Partindo da premissa que a intensificação da mercantilização da natureza se configura em diversas formas, avançando tanto no campo na exploração desenfreada dos recursos naturais, como entre outras ações que ferem os princípios ambientais, e geram impactos não somente no modo de vida da população, como também nas áreas preservadas, classificadas como área de proteção ambiental, portanto, fora do circuito urbano, mas que habitam povos procedentes de comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos e ribeirinhas, o que vem provocando uma ameaça à natureza e à população em nome do desenvolvimento.

O dossiê está organizado em seis artigos, no primeiro, intitulado: A Política Ambiental Brasileira (2003-2022): da contradição à devastação de autoria de José Marcos Nayme Novelli, o autor analisa as continuidades e rupturas entre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro com relação à política ambiental, buscando apontar que a flexibilização da legislação, em um sentido regressivo, constitui um elemento de continuidade entre esses governos e, ao mesmo tempo, observam-se diferenças significativas. Apesar dos retrocessos promovidos na legislação, parte-se da hipótese segundo a qual a relação dos governos petistas com a sociedade civil e a participação desta em instituições estatais como o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) possibilitaram alguns avanços. Os governos petistas promoveram – no seu conjunto – o aumento no orçamento das agências ambientais e promoveram concursos públicos. Já o projeto defendido por Temer em “A Ponte Para o Futuro” previa uma agenda de desregulamentação do processo de licenciamento ambiental. Bolsonaro vai além e propõe uma “desnormalização”, i.e., sustenta que o desenvolvimento só pode ser alcançado a partir do desmonte de todo o arcabouço legislativo e burocrático de proteção ambiental.

Já o segundo artigo, denominado A criação de arena pública para o debate climático no RN: janela de oportunidades e políticas públicas, escrito por José Gomes Ferreira e Winifred Knox, analisam a realização recente de várias iniciativas que colocam o Rio Grande do Norte em destaque na discussão pública estadual sobre a crise climática contemporânea. Com isso, enfoca o processo de construção da agenda pública ambiental a partir da atenção da academia, da mídia, da classe política e da sociedade, apontando como se deu a midiaticização e divulgação dos eventos, as articulações, resultados obtidos e encaminhamentos futuros. Os autores concluem que o trabalho preparatório é fundamental, mas é necessário garantir a continuidade dos debates, alargar a abrangência e garantir a sua reprodutibilidade.

O terceiro artigo, Deliberações no processo decisório: uma análise das contribuições legislativas da CINDRA, elaborado por Ananda Ridart e Maria Dolores Silva analisam o processo decisório da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) na Câmara dos Deputados, no período de 1997 a 2018. Apontando que as comissões têm um importante papel na organização das atividades legislativas, assim como nas contribuições para o processo decisório, através do aprofundamento das análises

sobre temáticas específicas, que diminuem as incertezas diante do conteúdo dos projetos de lei. Construiu-se uma análise descritiva durante o período das seis legislaturas, para destacar a capacidade de coordenar alterações através de emendas e substitutivos nas proposições providas dos parlamentares, através das atividades dos relatores e partidos que coordenaram essas modificações. Conclui-se por um papel pouco expressivo das atividades da CINDRA.

Já o quarto texto, Consequências do desmonte da política nacional de participação social no conselho nacional de desenvolvimento sustentável (CONDRAF) escrito por Renata de Souza, tem o objetivo de entender a evolução do desenho institucional do CONDRAF e estabelecer relações entre o discurso e a prática bolsonarista em benefício das classes dominantes do patronato rural. O artigo mostra como o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi marcado pelo cerceamento das políticas ambientais e participativas e, o desmonte dessas políticas se relacionam, visto que a proteção da natureza no Brasil perpassa pela manutenção da sociodiversidade. Segundo a autora, a revogação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDRAF), responsável pelo fomento da reforma agrária e da agricultura familiar, é um exemplo da política de coibição da participação desses grupos na gestão das políticas públicas.

No quinto artigo, denominado Corporações extrativistas, erosão democrática e política antiambiental no Brasil: para além do legal e ilegal, escrito por Juliana Neves Barros, busca analisar o papel das corporações extrativistas na escalada de autoritarismo político, desmonte de direitos e desregulação ambiental no Brasil, experimentada no período entre 2019 e 2022. O texto considerando as discussões traçadas em torno da expansão capitalista no país e suas formas autoritárias, apresenta dados relativos à participação desses agentes econômicos, vinculados ao capital agromineral e fóssil, na intensificação das dinâmicas expropriatórias e no quadro de degradação ambiental. A autora problematiza a sub-representação dos interesses corporativos na crítica social realizada sobre tais processos e busca sinalizar algumas estratégias e mecanismos ideológicos que blindaram o capital reputacional das corporações nesse período, destacando-se a gestão das fronteiras da legalidade e da ilegalidade e a divisão do trabalho entre empresas e associações empresariais na realização do lobby junto aos poderes executivo e legislativo.

O sexto artigo, intitulado: Analisando as desigualdades a partir do acesso à água: o caso de Campos Elíseos-RJ de autoria de Sabrina Lourenço Medeiros e Valeria Pereira Bastos aborda as implicações da efetivação da política pública de saneamento básico, na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, com recorte para o município de Duque de Caxias, e enfoque para o bairro de Campos Elíseos, considerando que nesse território, está instalado um relevante complexo industrial no ramo de petróleo e petroquímica, e com isso verifica-se que os benefícios, no que diz respeito, sobretudo ao acesso à água, se apresenta em abundância para as empresas e escassez para os moradores. Por isso, buscou-se compreender a partir das desigualdades identificadas, quais os entraves existentes para prestação e acesso igualitário aos serviços de saneamento básico, considerando ser a política pública de saneamento de grande relevância para a vida saudável de todos, sem distinção entre o potencial empresarial e a população, principalmente a mais empobrecida.

Por fim, intenciona-se que os conteúdos trazidos nesta edição sejam relevantes para instigar e impulsionar novos estudos e pesquisas que possam contribuir para ampliação do debate socioambiental pauta extremamente relevante na atualidade.

Boa leitura!